

Pauta cheia toma férias parlamentares

ESTADOS

UMBERTO CAMPOS

A confusão armada pelo senador Nelson Carneiro nos últimos dias, só resolvida após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), mudou as programações das duas casas legislativas. Na sexta-feira, o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB/CE), resolveu marcar sessão normal para amanhã. Na ordem do dia, o destaque é a lei complementar que regulamenta a fixação do teto máximo de juros em 12 por cento ao ano.

Já o Senado Federal resolveu em reunião da Mesa Diretora com voto contrário do seu presidente Nelson Carneiro — também marcar sessão para as 14h segunda-feira, utilizando a pauta que seria realizada no dia 1º de agosto, e cujo primeiro item é exatamente o projeto de lei da Câmara que estabelece a Política Nacional de Salários. A pauta consta de outros assuntos que vão ficar, mesmo, para agosto.

CURIOSIDADES

Ninguém sabe até quando Câmara e Senado vão esperar pelo recesso, que só acontecerá após a votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias. Mesmo assim, existem matérias já pautadas para as três primeiras sessões e outras que devem ser distribuídas nos primeiros dias de agosto, quando a Casa voltar ao funcionamento normal.

Desde um projeto de decreto legislativo que homologa uma decisão do Conselho Monetário Nacional de 1986, a transcrição nos anais da Casa de um artigo do sociólogo Herbert de Sousa, publicado no *Jornal do Brasil*, os senadores têm pelo menos quatro propostas de emendas à Constituição para examinar na primeira sessão de agosto.

Eles também já contam, na pauta do segundo dia, com projetos para a criação dos estados de Tapajós e do Triângulo, além da criação dos Territórios de Rio Negro, Alto Solimões e Araguaia. Esses anteprojetos estão na pauta da terceira sessão do semestre, constando como segunda discussão regimental.

Nos últimos dias de junho, a Mesa do Senado recebeu diversos projetos da Câmara que devem ser distribuídos e podem entrar na pauta a qualquer momento, desde que haja urgência para votação. Entre esses projetos estão o Plano de Benefícios da Previdência Social, a Lei de Proteção ao Consumidor, a Lei Orgâ

nica da Assistência Social, a Organização da Seguridade Social, o Plano Nacional da Saúde, além do projeto que dispõe sobre os crimes hediondos, com o objetivo de diminuir o número de sequestros no País.

CÂMARA

A pauta da Câmara dos Deputados não é divulgada previamente, mas a Mesa pode incluir, a qualquer momento, nada menos que 81 projetos. Normalmente a pauta é montada pelos líderes partidários, que elegem as prioridades e atendem aos pedidos de parlamentares que têm projetos — às vezes — aguardando há muitos meses na fila.

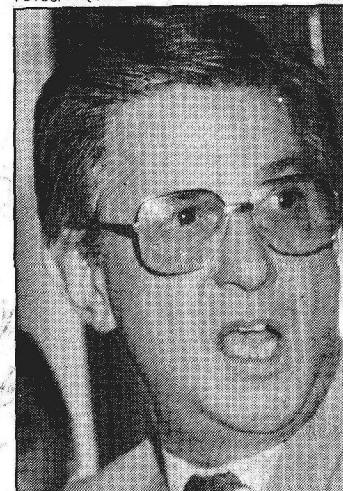
Um dos exemplos desses projetos que envelhecem nas gavetas da Câmara é o primeiro anotado numa lista apresentada esta semana pelo setor de avulsos, que distribui as *Ordens do Dia* (papeletas onde constam os projetos a serem votados e os seus textos). O "Parecer nº 10 da Comissão de Constituição e Justiça será colocado em discussão única e opina pelo arquivamento, por prejudicialidade, de uma consulta sem número de 1986, do segundo vice-presidente, na época, que solicitava o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça a respeito do pedido de Paulo Germano Carneiro Pordeus para ser convocado, e prestar juramento e ser empossado deputado federal.

Mas existem projetos importantes, como a alteração da Lei Orgânica da Previdência Social, a Política Agrícola, já aprovada na Comissão de Agricultura e Política Rural, além de um projeto que pode resolver todas as questões sobre medidas provisórias, de autoria do deputado gaúcho Nelson Jobim, do PMDB. Esse projeto trata da edição e do processo legislativo das Medidas.

Entre os projetos que estão aguardando ser pautados na Câmara aparecem alguns curiosos. São novas denominações para rodovias, declarações de utilidade pública a entidades desportivas e associações.

A Câmara volta a funcionar amanhã e a pauta, como sempre, será montada dependendo das reuniões dos líderes. Eles, naturalmente, estarão mais dispostos a resolver as questões da política salarial no Senado e da Lei das Diretrizes Orçamentárias, na reunião das duas Casas, para voltar às férias e à campanha pela reeleição.

FOTOS: ARQUIVO



Ibsen Pinheiro não quer deixar Andrade e Carneiro examinarem a LDO, sem definir lei salarial...

